

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Paulo Felipe Weber

**ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E JUDÔ: POSSIBILIDADES  
PARA AULAS INCLUSIVAS**

Santa Maria, RS  
2019

**Paulo Felipe Weber**

**ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E JUDÔ: POSSIBILIDADES PARA AULAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Física Escolar.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciane Sanchotene Etchepare Daronco

Santa Maria, RS  
2019

**Paulo Felipe Weber**

**ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E JUDÔ: POSSIBILIDADES PARA AULAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Física Escolar.**

**Aprovado em: 15 de fevereiro de 2019**

---

**Luciane Sanchotene Etchepare Daronco, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Darcieli Lima Ramos, Ms. (UFSM)**

---

**Jorge Luiz Brandili Fernandes, Ms. (EEEB PROF MARGARIDA LOPES)**

---

**Silvio Claudio Pereira Rodrigues, Ms. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

Primeiramente a Deus, por ter me proporcionado e me dado condições de conseguir desenvolver este trabalho da melhor maneira possível.

A família, por ter me auxiliado e me apoiado, sem eles jamais conseguiria.

A minha Orientadora, pois desde o primeiro dia me ajudou e me fortaleceu e apoiou nas horas que achei que não conseguiria.

Meus colegas e amigos Luis Felipe de Maria Rocha, Felipe Gaspar de Lima, Daniella Araújo Ceratti e Dainan Lanes que sempre me apoiaram e deram forças para seguir nesta jornada de conhecimento.

Minha amiga Leticia Vargas formanda em Educação Especial, que me auxiliou na produção do presente estudo.

Minha assessora, colaboradora, companheira e noiva Ariella Oliveira, que me auxiliou e recomendou leituras.

Obrigado!

## **RESUMO**

### **ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA E JUDÔ: POSSIBILIDADES PARA AULAS INCLUSIVAS**

AUTOR: Paulo Felipe Weber

ORIENTADORA: Luciane Sanchotene Etchepare Daronco

O presente trabalho versa temas de grande relevância para Educação Física Escolar. O estudo traz consigo as interações entre a Escola, Educação Física e o Judô relacionando como isso é trabalhado, a fim de ocasionar uma melhora eficaz no quadro da Inclusão Escolar e da Integração nas aulas de Educação Física. Foi efetuada uma análise sobre a atual conjuntura de acessibilidade nas escolas e citado as principais formas de deficiência. Também argumentado acerca da formação de profissionais e a relação com a inclusão escolar. O estudo teve a intenção de realizar uma busca de estudos sobre Judô e inclusão para uma revisão literária sistemática. A partir da reflexão da pesquisa, foi confeccionada uma cartilha educativa para a orientação de profissionais da educação física relacionando a prática do Judô destinada as diferentes formas de deficiências.

**Palavras-chave:** Judô. Educação Física. Inclusão. Escola.

## **ABSTRACT**

### **SCHOOL, PHYSICAL EDUCATION AND JUDO: POSSIBILITIES FOR INCLUSIVE CLASSES**

**AUTHOR:** Paulo Felipe Weber

**ADVISOR:** Luciane Sanhotene Etchepare Daronco

The present work deals with topics of great relevance for Physical School Education. The study brings with it the interactions between the School, Physical Education and Judo relating how this is worked, in order to bring about an effective improvement in the framework of School Inclusion and Integration in Physical Education classes. An analysis was made of the current situation of accessibility in schools and cited the main forms of disability. Also argued about the training of professionals and the relationship with school inclusion. The study was intended to carry out a search of studies on Judo and inclusion for a systematic literary review. From the reflection of the research, an educational booklet was prepared for the guidance of physical education professionals relating Judo practice for different forms of disabilities.

**Key words:** Judo, Physical Education, Inclusion, School.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO E JUDÔ.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Escola e Inclusão.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Educação Física e Formação de Professores .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Tipos de Deficiências .....</b>	<b>13</b>
<b>1.4 Judô: História e Princípios .....</b>	<b>15</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3 DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Possibilidades de inclusão através do Judô .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 Dificuldades da implantação do Judô Inclusivo na Escola .....</b>	<b>20</b>
<b>3.3. Cartilha Educativa.....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Sobre os temas mais relevantes e atuais direcionados à escola, a inclusão está entre os mais debatidos. Diante disso, é compreensível que grande parte das escolas públicas ainda não possua capacidade física e operacional para desenvolver atividades inclusivas, devido à falta de incentivo financeiro, à falta de profissionais capacitados, à falta de infraestrutura adequada para receber alunos com necessidades especiais, insuficiência de materiais didáticos e insuficiência de cursos de capacitação relacionados ao tema. São inúmeras ausências que não podem ser sanadas apenas com a vontade dos docentes, pois necessitam da participação efetiva do Estado para avançar no tema “Inclusão”.

A falta de estrutura escolar tem se tornado um obstáculo a ser superado pelos gestores escolares, segundo pesquisa realizada pelo Inep e tabulada pela fundação Lemann e Meritt no ano de 2014, três em cada quatro escolas no Brasil não possuem itens básicos de acessibilidade como rampas, corrimãos e sinalização, ainda, apenas um terço das escolas possuem sanitários adaptados. Em oposição ao que indica a matéria acima citada, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, número 13.146, 06 de Julho de 2015, capítulo IV, artigo 27, Parágrafo único, versa:

É dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

A escola tem papel fundamental na formação dos indivíduos, com aspectos sociais, psicológicos e escolares, entre outros, auxiliando na educação e formação de caráter do ser humano. Trata-se de uma busca incessante para que o aluno com necessidades especiais seja formado sem nenhum decréscimo, mas sim em igualdade de condições aos demais.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que ela possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (MANTOAN 2015, p. 11).

Diante disso, a escola tem o papel de incluir aqueles que um dia já foram excluídos pela sociedade e para que isto aconteça há uma série de adaptações que devem ser feitas, no ambiente físico, no currículo escolar e na convivência com os alunos.

Pensando na Educação Física enquanto disciplina do currículo escolar que trabalha o movimento, é necessário um entendimento mais amplo dos temas e precisar em qual sentido a disciplina vai atuar, pois justamente por trabalhar com corpo pode ser uma saída para essa árdua discussão. É necessário mostrar aos alunos a importância da inclusão mesmo antes de existir um caso de necessidade especial na escola, para que quando acontecer, os discentes já possuam o entendimento de como recepcionar esse aluno. Ainda, a escola deve sofrer uma adaptação no currículo e inserir atividades que possibilitem a inclusão escolar, como forma de prevenir o *bullying* e o constrangimento que podem ocorrer.

Destarte, o Judô pode ser utilizado como uma ferramenta para auxiliar na busca pela inserção de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, pois o Judô se destaca, tendo em vista que possui alguns aspectos educacionais voltados para educação básica e outros não mensuráveis responsáveis pela melhoria na vida dos partícipes. Sousa e Salvadori (2017), corroboram que o Judô é luta com conteúdo de valores globalizados e internacionais, desenvolvido por uma prática e filosofia para todos, nos aspectos físicos, intelectuais, morais e terapêuticos. Diante dessa reflexão fica claro o motivo da escolha do Judô para ser o mecanismo da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

O principal objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre o Judô, enquanto mecanismo que contempla a realização da inclusão escolar para pessoas com necessidades especiais. Além disso, o estudo também teve como objetivo produzir uma cartilha educativa que mostra uma síntese da história do Judô e seus princípios, descrevendo alguns conhecimentos de grande importância, para quem pretende realizar aulas teóricas de luta nas aulas de Educação Física. Para ensino teórico, o material didático dispõe de um complexo de atividades descritivas e desenhadas que podem ser realizadas tanto por alunos com algumas necessidades especiais e por alunos sem necessidades especiais. Estas atividades são de cunho

prático, mas devem ser realizadas com profissional especializado especificamente de cada caso ou o qual a escola dispõe.

## **2. RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO E JUDÔ**

A Escola, Educação Física, Inclusão e o Judô são termos que possuem muita importância dentro de suas áreas. A interação desses termos ocasiona na busca incessante pela construção de conhecimento estimulada de forma especial a quem necessita.

O termo escola, reflete em um centro de formação de seres humanos pensadores e críticos, sendo fundamental seu papel para o desenvolvimento da sociedade. Junto da escola, consideramos a Educação Física como forma de tomar essa formação através do corpo e movimento. Assim, refletindo as relações e importância entre os termos escola e Educação Física.

Já no caso do termo Inclusão, conclui-se como um fenômeno causado pela divergência de seu oposto, no caso a exclusão. Isto se caracteriza com a participação de um grupo pessoas que a sociedade exclui ou já excluiu, grupo esse composto por pessoas com deficiência, por obesos, por negros, por pessoas com vulnerabilidade social, entre outros. Mantoan (2015), fala que a inclusão implica na mudança do atual paradigma educacional e se encaixa no mapa da educação escolar que está sendo retraçado. A inclusão tem o poder de fazer a pessoa se sentir parte integrante e importante da sociedade tendo voz, representando seus pensamentos e suas ideias.

O Judô, termo enfatizado neste estudo, é uma arte marcial desenvolvida com métodos teóricos e práticos que visam o ensino da luta com objetivo educacional de formação. Além disso, o Judô tem por característica auxiliar na evolução de valências físicas que ocorrem por ocasião dos treinamentos e aulas. Também, são fortalecidas algumas valências não mensuráveis como determinação, autoconfiança, autonomia, interação com a sociedade, entre outros. Essa arte marcial também contribui para o desenvolvimento da criança, não apenas biologicamente, mas também social e emocionalmente, como relata Batista e Culbo Delgado (2013).

Enfatiza-se, que as aulas de Educação Física estão dispostas geralmente nos eixos principais de esportes coletivos devido à cultura de estes esportes serem mais abordadas pelas mídias ou até mesmo pela preferência do professor, mas fica evidente de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais que na disciplina de Educação Física também deve acontecer a inserção da prática de lutas.

Podem ser citados como exemplo de lutas desde as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê (BRASIL,1997).

Por fim, a relação entre as temáticas não é complexa, a Escola é local onde se inicia o processo de inclusão, onde qualquer aluno deve ser diagnosticado e inserido no processo regular. A inclusão é o modo de operação que a escola adotará para que todos os alunos com ou sem necessidade especial se sintam parte integrante e importante da escola e da sociedade. Por sua vez, a Educação Física é a disciplina em que poderá ser realizada toda essa operação devido ao tratamento da disciplina com corpo e movimento. E o Judô pode ser um mecanismo, a ferramenta utilizada para que essa engrenagem educacional consiga ser desenvolvida da forma ideal.

## **2.1 Escola e Inclusão**

A escola é quem promove a educação de forma direta, é detentora do saber. Dentro destas perspectivas, a escola deveria ser aberta a todas as pessoas sem distinção, mas infelizmente não é onde todos podem estar devido às dificuldades de acessibilidade. Com isso, surgiram dúvidas sobre como incluir alunos com necessidades especiais nas aulas e atividades realizadas na escola.

Em 1960, houve um aumento significativo de instituições especializadas, a prática educativa segregada começou a ser questionada, iniciando a luta pelo direito de pessoas com necessidades especiais serem escolarizadas no ensino regular, intitulada “movimento de integração escolar”. Porém na prática esse movimento não obteve êxito porque era atribuição do aluno adaptar-se ao novo ambiente de ensino. Posteriormente nos anos 1990, o movimento ressurgiu com novo nome, “Inclusão Escolar”, movimento fortalecido que visava a revisão e a reformulação do sistema educacional de ensino (SILVA, 2010).

A inclusão na visão de Teles, Resegue e Puccini (2013), é o:

[...] movimento da sociedade que visa a produzir a igualdade de oportunidades para todos. Quando focada sob a ótica individual, a inclusão supõe que cada um tenha a oportunidade de fazer suas próprias escolhas e construir sua identidade pessoal e social.

Além disso, a maioria das escolas ainda não provém de uma infraestrutura adequada para recepcionar e manter os alunos que dispõem de necessidades especiais.

A inclusão não é apenas colocar o aluno entre os outros, deve-se promover igualdade, participação efetiva nas atividades, e entre outros deve existir integração. A integração modifica os padrões da escola, pelo fato de que desenvolver atividades para uma turma de alunos, e pensar exclusivamente em apenas um não é uma tarefa fácil. Mas esse aluno que possui dificuldades também deve ser capacitado dentro dos seus limites e integrado para que se desenvolva e seja formado dentro dos objetivos oferecidos pela escola. Outrossim, conforme Teles, Resegue, Puccini (2013), a prática da inclusão social parte do princípio de que para inserir todas as pessoas a sociedade deve se modificar com intuito de atender todos seus integrantes. A modificação é gradativa altera-se primeiro o ambiente, por conseguinte a forma de ensino, logo o modo de tratamento deve ser igual a todos, respeitando suas individualidades e limitações.

Teles, Resegue, Puccini (2013) analisam a educação inclusiva como um complexo de processos educacionais que decorrem das políticas articuladas que não permitem isolamento do aluno, desta forma as políticas encurtam a distância da escola regular e assegura a permanência dos alunos, independentemente de suas particularidades.

## **1.2 Educação Física e Formação de Professores**

O quadro atual de formação dos professores vislumbra superficialmente assuntos como inclusão escolar, com poucas disciplinas sobre o tema na primeira formação, sendo assim, o professor não detém de muito conhecimento referente ao tema.

Em pesquisa sobre as concepções dos professores em relação a educação inclusiva. Silveira; Enumo e Rosa (2012), destacam que professores confirmam que a política inclusiva não tem sido colocada em prática, com ênfase dada à recepção e integração dos alunos. Isto mostra a distância que ainda temos a percorrer, porém podemos firmar que possuímos uma política onde teoricamente sustenta alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Com isso, é preciso questionar o porquê de a escola ainda não estar praticando integralmente os processos de recepção e integração, seja por má remuneração, desvalorização da profissão ou até mesmo a necessidade de suporte para o desenvolvimento de atividades adequadas, declaram Silveira; Enumo e Rosa (2012). Esses questionamentos citados são dependentes de processos políticos que fogem do alcance dos docentes, que por sua vez não conseguem dar vazão ao que lhe é esperado.

A formação clássica do professor, ao privilegiar uma concepção estática do processo ensino/aprendizagem trouxe como colorário a existência de uma metodologia de ensino universal, que seria comum para todas as épocas e todas as sociedades (GLAT; DE LIMA NOGUEIRA, 2003).

Acredita-se que ainda estamos aderindo à formação clássica de professores, pois a evolução do processo de inclusão ocorre muito lentamente e isso é reflexo de que a formação profissional de professores ainda está ativa, porque as duas acontecem simultaneamente, ou seja, quanto mais evoluído está o procedimento de inclusão/integração pode-se dizer que a formação profissional também esteja evoluindo.

Glat e De Lima Nogueira (2003), diz que o professor age em consonância como foi caracterizada sua formação, assim há a existência de privilégios para alunos sem necessidades especiais, pois compõe a maior parte dos alunos. Como falam Silveira; Enumo e Rosa (2012), a falta de metodologias didático-pedagógicas específicas para alunos com necessidades especiais também é utilizada como algo não positivo e anseiam os professores. Porém, cabe ao docente buscar formas diversificadas de ensino, adaptações de abordagens e até mesmo criação de materiais específicos para isso.

Seguindo o pensamento citado, Silveira, Enumo e Rosa (2012) salientam que deve ser oferecido suporte para o professor via cursos de formação continuada. Ainda, vale considerar a elaboração de um curso de especialização centrado em inclusão escolar e pessoas com necessidades educativas especiais, essa criação seria de fundamental importância para o desenvolvimento da aplicação da teoria presente na academia, no sentido prático e resultando o valor final na escola.

### **1.3 Tipos de Deficiências**

Dados estatísticos realizados no censo de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística afirmam que no Brasil cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Além disso, existem quatro tipos mais comuns de deficiências especificadas no Decreto 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, são elas:

Físicas:

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Auditivas:

É quando existe perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2004).

Visuais:

A cegueira, é quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

Mental:

O funcionamento intelectual é significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho (BRASIL, 2004).

As especificações de cada deficiência são necessárias para que o profissional que atue na disciplina tenha os fundamentos necessários para pautar-se, a fim de realizar um bom trabalho. Portanto, faz-se necessário a presente de um profissional especializado, em qualquer tipo de atividade, para que estes possam auxiliar na realização das mesmas.

#### 1.4 Judô: História e Princípios

O Judô é uma das artes marciais mais complexas criada no oriente. Nascido em meados de 1882 por seu idealizador Jigoro Kano, em uma síntese de alguns estilos de lutas como Takenouchi-ryu que antecede o Ju-Jutsu que por sua vez antecede o Judô, buscou criar seu próprio estilo de luta unificando golpes a estudos científicos e buscando a racionalidade deles para obter a máxima eficiência.

Diferente de outros estilos de lutas, o Judô não teve resistência para expandir-se no mundo, pois diferente de algumas artes marciais, o Judô não possuía um viés apenas de violência, mas sim de educação e respeito.

O significado da palavra Judô, “caminho suave”, é contado por Vieira e Freitas (2006), da seguinte forma: um menino chinês por nome Li-Tei-Feng, ao viajar foi surpreendido por uma tempestade, ficou apavorado e assustou-se, viu de longe as grandes árvores serem arrancadas do chão e serem levadas pelo vento, mas Li-Tei-Feng percebe que uma árvore pequena que estava entre as outras havia resistido aos ventos fortes, à copa da árvore se inclinava até o solo, mas quando tudo acabou ela retornou a posição original. Esta suavidade descrita pelos autores acima citados significa não combater força com força, mas sim adaptar-se e ceder para desequilibrar o adversário. Jigoro Kano, devido sua baixa estatura e ao seu físico pouco vigoroso, analisou esta história de forma a criar alguns princípios para o Judô, um exemplo disso é o princípio da suavidade o “Ju” da terminologia “Judô”.

Em 1882, o professor Jigoro fundou seu Instituto de ensino do Judô chamado Kodokan, “Ko” significa método, “Do” significa caminho e “Kan” Instituto, um lugar para ensinar o caminho.

Dentro da filosofia do Judô, tudo foi pensado a fim de criar uma estrutura psicológica e social para que seus adeptos pudessem seguir um código onde todos seriam beneficiados.

Os princípios do Judô têm por finalidade moldar o judoca tanto mentalmente como moralmente e, é por isso, que o judô é uma das artes marciais mais procuradas por crianças, já que ele possui um viés educativo e disciplinador, onde o “código” corresponde a disciplina e o “mestre” é visto como educador (WEBER, 2015, p. 3).

Existem alguns ensinamentos que são tratados verbalmente pelos mestres do Judô, em que exemplificam como deve ser a postura do Judoca, essa forma o complexo chamado espírito do Judô, são eles:

- “Conhecer-se é dominar-se, dominar-se é triunfar”.
- “Quem teme perder já está vencido”.
- “Somente aproxima-se da perfeição aquele que a procura com constância, sabedoria e sobre tudo humildade”.
- “Quando verificares com tristeza que nada sabes, terás feito teu primeiro progresso no aprendizado”.
- “Nunca te orgulhes de haver vencido um adversário. Ao que venceste hoje, poderá derrotar-te amanhã. A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância”.
- “O judoca não se aperfeiçoa para lutar, luta para se aperfeiçoar”.
- “Saber cada dia um pouco mais, utilizando o saber para o bem, esse é o caminho do verdadeiro judoca”.

Desta forma, o Judô apresenta-se como uma excelente alternativa para desenvolver um importante papel dentro da Educação Física Escolar, pois com suas características educacionais pode gerar um aprimoramento no quadro atual da disciplina na escola.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização da presente pesquisa foi a revisão sistemática, uma vez que, para obter uma revisão completa do tema proposto seria necessário uma fonte de dados fidedigna, com um método de busca e seleção de acervo.

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica [...] (SAMPAIO, MANCINI, 2006 p. 84).

No que se refere à relevância da pesquisa, segundo Sampaio e Mancini (2006), ao viabilizar de forma clara uma síntese dos estudos sobre a intervenção, a revisão sistemática permite incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar nossas conclusões a leitura de somente alguns artigos. Costa e Zoltowski (2014), ainda dizem que essa metodologia se refere à análise de uma coleção de dados de estudos individuais que tem por finalidade integrar e tecer relações entre esses resultados.

Vale destacar ainda diferenciação entre a metanálise e revisão sistemática: a primeira significa um procedimento estatístico de tratamento de dados com objetivo de simplesmente os agrupar. Já a revisão sistemática refere-se ao processo de reunião, avaliação de maneira crítica e sintetização dos resultados e pode ou não incluir a metanálise (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

Pode-se afirmar que a revisão sistemática é um método qual permite aumentar o potencial de busca para selecionar o maior número de resultados da pesquisa de maneira organizada. Logo também é realizada uma seleção de material coletado para que não aglomere pesquisas desconexas com o tema, assim construindo um estudo crítico e reflexivo, como expõem Costa e Zoltowski (2014).

Existe a tendência de os autores superestimar seus trabalhos e buscar apenas estudos que defendam sua linha de pensamentos, descrevem Costa e Zoltowski, (2014), contudo este método minimiza este viés, pois a seleção não separa estudos pela posição do autor e sim pelo tema nele apresentado, podendo

haver assim uma relação também de contradição, o que é entendido como positivo para essa pesquisa.

As buscas das bases de dados foram realizadas pela internet em alguns sites e periódicos; são eles: *Scientific Eletronic Library Online*, UFRGS Lume repositório Digital, Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital da USP, UFPEL virtual. Foram selecionados apenas estudos em Português e Espanhol. Ainda, foi realizada uma pré-seleção de periódicos e constatou-se que nesses acervos concentravam-se maior parte de periódicos.

Os termos utilizados para as buscas nos acervos foram: Judô e Inclusão escolar, Judô Inclusivo. Dentro dos termos citados, o tempo delimitado para publicação dos artigos destinados à pesquisa foi de 01 de janeiro de 2008 a 31 de julho de 2018.

### **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA**

Conforme disposto ao decorrer deste estudo, acredita-se que o Judô possa agir de forma positiva para a inclusão escolar nas aulas de educação física, com base nesta suposição foram encontrados dois estudos relacionando o ensino do Judô e a inclusão escolar. O sistema de repositório digital da UFRGS e Biblioteca Digital da USP mostraram somente dois estudos: “*Aspectos Motivacionais no Judô para Deficientes Visuais*” realizado em 2011 por Franke Krumel e “*Fundamentos da Lutas e o Processo de Inclusão: Perspectivas Pedagógicas na Diversidade Educativa Contemporânea*”, realizado em 2016 na Instituição da USP por Luiz Gustavo Bonatto Rufino.

Ambas as obras mostram algumas realidades expostas na vida dos docentes relativas aos temas propostos. Evidenciar e transformar em conhecimento científico para estarmos melhores preparados para enfrentar o atual sistema é fundamental.

#### **3.1 Possibilidades de inclusão através do Judô**

Segundo Rufino (2016), muitas práticas de lutas podem ser adaptadas, para viabilizar formas claras de inclusão e ainda defende que sejam repensadas as abordagens pedagógicas das lutas procurando agregar propostas coerentes de ensino por meio da inclusão.

As adaptações nos esportes são muito comuns, percebendo que o aluno possui algum tipo de limitação, o professor deve intervir adaptando a prática do conteúdo para viabilizar a melhora na qualidade do ensino. Abordagens pedagógicas das lutas geralmente tem a tendência de serem exemplificadas visualmente pelo docente, porém quando existem alunos com baixa visão ou sem visão alguma se deve atentar a modificar o processo de ensino com viés voltado ao sentir. O tátil é a principal ferramenta de quem possui essa limitação, sendo assim, explicar para o aluno oralmente e o gestual para sentir a vivência é a melhor adaptação que poderá ser efetuada. Da mesma forma para quem não possui audição, a melhor adaptação para desenvolver uma atividade é presar pelo gestual exacerbado, pois sua melhor ferramenta é a visão. Quem possui deficiência física do tipo paraplegia (ausência de sentido nas pernas), é indicado utilizar adaptações em

que o aluno execute exercícios deitado. Porém é necessário que o professor analise caso a caso, que solicite acompanhamento especializado sempre que necessite.

Krumel (2011), diz que os esportes adaptados propiciam enriquecedoras experiências para quem atua na área, pois além de auxiliar na inclusão, e também conhecer possibilidades de atuação, melhora a capacidade de desenvolver procedimentos, sendo de grande importância para alavancar o paradesporto e aperfeiçoar projetos que visem à inclusão. Desta forma, é necessário que existam projetos sociais voltados à integração de educandos com todas as limitações, haja vista o quesito da real inclusão, mas é pertinente que a escola não abandone seu papel de centralizar o esporte e a inclusão para que todos os que forem formados pela escola compreendam e pratiquem a inclusão.

As lutas apresentam características que incluem uma diversidade considerável de pessoas e isso precisa ser abordado durante as aulas (RUFINO, 2016). Todos os alunos têm limitações em algum aspecto, sendo necessário ficar atento em como os educandos vão se comportar com essas individualidades.

### **3.2 Dificuldades da implantação do Judô Inclusivo na Escola**

O Judô é um esporte complexo que necessita de bons instrutores, pois trabalha, além do corpo, com a mentalidade das pessoas. Para isso, é necessário existir uma série de ocorrências como formação do professor, ensino do conteúdo teórico e prático, materiais como Judogui (vestimenta do Judoca), tatame (esteira onde se realiza aula), infraestrutura, entre outros. Rufino (2016), sugere ainda que há também preconceitos com lutas na sala de aula, pois a estigmatizam como prática violenta e repressiva. Esses fatores inviabilizam a prática pedagógica dos professores em relação ao conteúdo.

As dificuldades geralmente surgem por conta da falta de conhecimento sobre o esporte, devido à forma com que é disposto repleto de dogmas, histórias e paradigmas, além de movimentos complexos, deslocamentos, entradas de golpes e formas de cair com absorção de impacto. Tudo isso demanda um ensino especializado, sendo que um leigo não seria capaz de ensinar.

Existem algumas maneiras de adquirir o conhecimento necessário para realizar uma aula de Judô e assim o docente deverá buscar contato com pessoas

que praticam mestres próximos para solicitar uma aula na escola, buscar na Internet materiais relativos ao Judô, livros ou periódicos, ainda o professor pode solicitar aos alunos se alguém dispõe dos conhecimentos necessários para realização da prática.

Na escola as lutas são um dos esportes que encontram maior resistência por parte dos professores, com argumentos como: falta de espaço, falta de material, falta de vestimentas adequadas e associação às questões de violência. O autor sugere ainda que o problema é o professor que não conhece o conteúdo das lutas apropriadamente (RUFINO, 2016, p. 2).

Os materiais didáticos para a realização das aulas não são fáceis de obter, as escolas muitas vezes não possuem verba suficiente para dispor de local de treinamento, esteira de absorção de impacto, entre outros, e isto acaba inviabilizando a prática deste ensino. O número de alunos também pode ocasionar uma dificuldade para a aquisição dos materiais didáticos individuais, como por exemplo, roupas adequadas para a prática.

Para alunos que possuem alguma necessidade especial, essas dificuldades são bem maiores, pois além do material didático há também questões pessoais como a aceitação do próprio corpo, o contato físico com os colegas, a locomoção e interferência da família, o que são aspectos que podem influenciar de forma negativa no desenvolvimento das aulas.

Os materiais para realização das aulas podem ser confeccionados de forma com que casacos e calças compridas podem substituir o Judogui, sendo importante que mesmo com a adaptação o aluno precise continuar tendo a amplitude dos movimentos. Para serem realizadas as quedas o solo pode ser adaptado com colchonetes provenientes da escola, caso não haja, poderá ser utilizado caixas de papelão com cobertores por baixo para melhor absorção do impacto. Quanto ao local, as aulas poderão acontecer até mesmo em sala de aula.

As aulas de Judô são realizadas em um local apropriado chamado *dojo*, este de preferência deve ser amplo, arejado e limpo como pregava Jigoro Kano. No chão deve ter tatames essenciais para amortecimento (KRUMEL, 2011, p. 28).

### 3.3. Cartilha Educativa

A cartilha educativa, APÊNDICE A, é usada com intuito de expor de forma clara e objetiva como poderão ser realizadas aulas de Judô na escola.

Salientamos a potencialidade do recurso em permitir aos alunos, através de uma linguagem lúdica e leve, a percepção e apreensão de problemáticas como a das desigualdades e exclusões (DE JESUS JESUS; ASSUNÇÃO OLIVEIRA, 2018. p. 10).

Na construção da cartilha, foram utilizados referenciais teóricos referentes ao Judô, a Educação Física Escolar e a Inclusão Escolar.

No material há uma breve explicação sobre o Judô, sua história e seus princípios, pois isto é primordial que os alunos entendam a real importância do esporte. Ainda há uma explanação sobre quais as necessidades para trabalhar na escola, incluindo os materiais didáticos e suas adaptações e a construção de capacitação de profissionais para trabalhar o tema.

A cartilha foi disposta em tópicos que abordam de forma fragmentada os conteúdos e exercícios que foram pensados para diferentes tipos de inclusão. A ideia principal para realização é a de que qualquer professor de Educação Física possa ter a cartilha como eixo norteador para trabalhar o Judô como mecanismo de inclusão em sala de aula.

### 3. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como foco apontar possibilidades para a inclusão nas aulas de educação física, sugerindo a priori uma reflexão sobre as condições atuais as quais os profissionais da área têm de enfrentar.

Apontamos que a escola tem como dever receber e manter os alunos, independentemente de suas individualidades, pois é nela o ambiente de construção de conhecimento e pensamento crítico dignos de um entendimento da convivência social. Reconhecemos através dessa pesquisa que ainda há dificuldades na escola para que haja a permanência dos alunos com necessidades especiais pelo fato de carência em infraestrutura física e pela falta de capacitação dos profissionais que trabalham na área, pois podemos observar que a formação de profissionais da educação física ainda tem muito a desenvolver quando o assunto é inclusão.

Acreditamos que a inclusão escolar aconteça realmente no momento em que o aluno, para além de estar presente, possa interagir com os demais colegas, assim como fazer parte do conteúdo proposto pelo docente. Para isso sugerimos a criação de métodos diferenciados para que haja um acompanhamento do conteúdo por parte do aluno que necessita dispor desses conhecimentos. No caso das aulas de educação física, onde o corpo e o movimento são estudados, deve haver uma consciência criativa da parte do docente, para que essas aulas não acabem sendo exclusivas, principalmente para alunos com necessidades especiais motoras.

Sugerimos o Judô como meio de inclusão nas aulas de educação física por conta de que ele se difere dos outros esportes por depender apenas de quem o pratica, não possuindo tantas variáveis externas, podendo ser praticado por pessoas com deficiências auditivas, visuais e inclusive algumas motoras, com aval de profissionais especialistas. Portanto, podemos crer que Judô é uma ferramenta extremamente eficaz e um mecanismo funcional para realizar a inclusão e a integração nas aulas de Educação Física.

A metodologia sistemática foi a melhor opção disposta para realização do estudo, com trabalhos pesquisados sistematicamente e organizados para obter melhor análise. Essa organização facilitou na coleta de dados para a reflexão necessária proposta neste trabalho, onde a ideia era interagir com estudos que se propuseram a abordar o mesmo tema aqui exposto. A escolha desta metodologia

auxiliou também no entendimento da carência de um material para trabalhar o Judô e a Inclusão dentro das aulas de educação física. Para isso foi criada uma cartilha educativa, qual teve por objetivo auxiliar o professor de educação física a conhecer melhor, entender as necessidades de matérias didáticos e de como efetuar uma aula de Judô para todos os alunos, adaptando as situações dependendo dos contextos.

Em suma, acreditamos que a educação física deve ser refletida por seus profissionais, buscando uma melhoria em sua aplicação na escola. Ainda é necessário que o Professor de Educação Física tenha o compromisso de incluir os alunos, independentemente de suas condições, disponibilizando o conteúdo para todos, com ou sem adaptações. O que importa é que possamos repensar nossas práticas para que as aulas de educação física sejam o momento onde todos participem, colaborem, interajam, socializem e aprendam mesmo dentro de suas limitações.

## **APÊNDICE A**

### **CARTILHA EDUCATIVA**

# **CARTILHA EDUCATIVA: POSSIBILIDADES PARA AULAS DE JUDÔ INCLUSIVO**

### **O QUE É O JUDÔ?**

O Judô nasceu no Japão em 1882, criado por Jigoro Kano em meio ao renascimento das artes marciais, com a pretensão de criar seu próprio estilo de luta unificando golpes a estudos científicos e buscando a racionalidade deles para obter a máxima eficiência.

A palavra Judô tem por significado “Caminho Suave”, que retrata sua filosofia, e decorre na diferença de seus participantes para quem busca apenas uma atividade física. Esta suavidade significa não combater força com força, mas sim adaptar-se e ceder para desequilibrar o adversário.

Hoje em dia o Judô é praticado por todas as escolas no Japão, e aos poucos tem ganhado espaço no Brasil e no mundo.

### **JUDÔ NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

O Judô é um esporte que vem crescendo o número de seguidores. Os projetos sociais e a facilidade do acesso ao esporte têm sido os principais motivos para o segmento entranhar cada vez mais nas escolas e clubes.

No ano de 2018 nos Jogos escolares do Rio Grande do Sul, o Judô fez sua primeira edição, com um grande número de alunos/atletas participando. Neste contexto, esta cartilha visa ajudar o professor de educação física a adquirir o conhecimento básico para inserir o esporte em suas aulas.

Devido à necessidade de materiais didáticos para o ensino do esporte, foram pensadas possibilidades de adaptações para a realização do mesmo:

- Para os alunos que não possuem Judogui/Kimono, é sugerida a aquisição de moletons usados ou jaquetas para distribuir entre os alunos.

- Para o solo, em situações que não há tatame, é sugerida a substituição do mesmo por colchonetes. No caso de não haver esta possibilidade, é também viável a utilização de cobertores velhos dispostos no chão cobertos por caixotes de papelão, a fim de criar um solo liso e que absorva os impactos causados pelos golpes.

### **NECESSIDADES ESPECIAIS**

Essa cartilha foi desenvolvida com a intenção de integrar todos os alunos que fazem parte de uma sala de aula, por isso as atividades desenvolvidas aqui podem ser alteradas para serem executadas de diferentes formas, em diferentes níveis espaciais e contextos. A principal intenção da cartilha educativa é estimular a reflexão do professor referente ao caso qual ele encontra em sala de aula, dando aqui possibilidades e sugestões para que seja feita uma avaliação e adaptação de exercícios e dinâmicas.

Para alunos que possuem baixa visão ou não a possuem, os exercícios devem ser de forma lenta explicando a todo o momento como é a realização. Prezar pelos sentidos Tátil e oral, pois são os que se sobressaem na locomoção.

Para quem não possui audição, as explicações devem ser de cunho gestual, pois com a perda do sentido auditivo, se aprimora com mais qualidade a visão e deve ser explorada pelo professor.

Os alunos que possuem deficiência motora, deve ser verificado qual grau de deficiência possuem, partindo disso, o professor terá autonomia para fragmentar ou modificar o processo de ensino e o exercício de maneira individual, porém prezando pela não segregação aos demais alunos.

### **EXERCÍCIOS E DINÂMICAS**

- Queda frontal - Parado o aluno ficará de joelhos ao solo e quadris estendido. Com os cotovelos flexionados e as palmas das mãos voltadas para frente, o aluno fará uma leve inclinação para frente e cair lentamente sobre os braços, apoiando mãos, e amenizando a

queda através das articulações.



- Queda dorsal - Na posição de agachamento, o aluno desequilibrará seu corpo para trás lentamente de forma que suas costas toquem o solo por completo, e com a palma das mãos deverá tocar firmemente o chão ao lado do tronco.



- Sugestão de dinâmica - Em cima de um colchonete os alunos formam duplas, cada aluno na posição agachado, fica de frente um para o outro em uma distância de 2 metros, cada um pega a ponta de uma corda e puxam para si, como um cabo de guerra; quem desequilibrar primeiro deverá cair na forma correta (queda frontal).
- Sugestão de dinâmica - Os alunos devem formar duplas ou trios, na posição de agachamento devem deslocar o colega para trás, o derrubando ao solo e fazendo o movimento de queda dorsal.
- Pegadas - Um de frente para o outro devem fazer as pegadas “manga” e “gola”, “gola” e “gola”, “manga” e “manga”.



- Sugestão de dinâmica - Todos vendados, o professor sinaliza com fala ou silvo de apito a mão e a pegada. Ex: mão direita gola! Mão esquerda manga!

### INICIAÇÃO À LUTA

Devemos considerar que para uma iniciação à luta é necessário entender como é a preparação para realizar um golpe. Essa preparação possui sempre três estágios: *Kusushi* (desequilíbrio), *Tsukuri* (preparação), *Kake* (arremesso). Partindo desses elementos o professor pode organizar sua aula com autonomia, criando exercícios lúdicos e técnicos ao mesmo tempo.

**Desequilíbrio:** O desequilíbrio geralmente está combinado às pegadas, e é a peça chave para o ensino do Judô.

O treino de desequilíbrio pode ser feito de modo que na posição em pé, com a pegada “manga e gola”, os alunos deverão deslocar o companheiro para frente (puxar), ou para trás (empurrar), ainda para os lados (puxar ao lado).

Sugestão de dinâmica - De joelhos e de frente um para o outro, os alunos espalmam as mãos com as do companheiro e o deslocam para frente a partir de um contrapeso. Conforme avança o exercício poderão ficar em pé.

**Preparação:** Neste ponto é natural ter receio de ensinar se não há domínio de todos os golpes por parte do professor, porém essa é uma questão interessante a repensar. Não há necessidade de saber todos os golpes, assim já é possível programar e realizar uma aula. Existe um termo chamado *Gokyo* que contém 40 técnicas que podem ser utilizadas, mas para essa preparação a técnica será *Osoto Gari*, que basicamente consiste em desequilibrar o colega com uma transferência de peso para o lado que vai ser realizada a preparação. Deslocado para esse lado passe a perna do lado contrário em gancho para trás do colega passando também o quadril e quando voltar ataque com velocidade a perna que está no ar, desequilibrando o colega para o chão em queda dorsal.

**Arremesso:** Inicia-se no fim da preparação, quando o aluno já desequilibrou, e já terminou a preparação, só cabe arremessar ao solo o adversário. De forma não violenta segure-o até o momento de ele estar no chão e lembre-o sempre de realizar a queda de forma correta.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, M.; CUBO DELGADO, S. A prática de Judô em relação com o autoconceito, a auto-estima e o rendimento escolar de alunos do primeiro ciclo do ensino básico. E-balonmano. **Revista de Ciencias del Deporte**, v. 9, n. 3, 2013.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 08 de jan. de 2019.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296). Acesso em 17 de jan. de 2019.
- DA SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Editora Ibpx, 2010.
- DE JESUS JESUS, M. H. O.; DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA, A. C. C. CARTILHA EDUCATIVA COMO RECURSO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA. In: **Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade**, v. 1, n. 1, p. 10, 2018.
- GLAT, R.; DE LIMA NOGUEIRA, M. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 135, 2003.
- KRUMEL, V. F. **Aspectos motivacionais no judô para deficientes visuais**. p. 28. 2011.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.
- BRASIL. MEC. **Paramentros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em 21 de jan. de 2019.
- PEREIRA, M. R., et al. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, 2009.
- REIS, T.; MORENO, A. C. **A escola acessível (ou não)**. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/a-escola-acessivel-ou-nao.html>. Acesso em 08 de jan. de 2019.
- SAMPAIO, R. F. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 84, 2006.
- RUFINO, L. G. B. Fundamentos das lutas e o processo de inclusão: perspectivas pedagógicas na diversidade educativa contemporânea. **RBPFX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 10, n. 63, p. 2, 2016.
- SILVA, V. A. da. **O Judô na Educação Física Escolar: pesquisa qualitativa sobre o ensino do judô nas escolas de Porto Alegre**. 2010.
- SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista brasileira de educação especial**, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012.
- SOUSA, M. R. B.; SALVADORI, J. C. **A IMPORTÂNCIA DO JUDÔ PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**. Editora Eulim, 2017.
- TELES, F. M.; RESEGUE, R.; PUCCINI, R. F. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3023-3031, 2013.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. **O que é Judô: histórias, regras, curiosidades.** 2006.

WEBER, P. F. A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS DE JUDÔ EM SANTA MARIA. p. 2.  
2015.